

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR (UCSAL)
COORDENAÇÃO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR (UCSAL)
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

RENÊ DOS SANTOS SERRA JÚNIOR

**A ATUAÇÃO DE COSME DE FARIAS NA LIGA DA EDUCAÇÃO
PARA ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO EM SALVADOR DE
1910 A 1920.**

**SALVADOR
2021**

A ATUAÇÃO DE COSME DE FARIAS NA LIGA DA EDUCAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO EM SALVADOR DE 1910 A 1920

Renê dos Santos Serra Junior¹

Aline de Assis Santos²

RESUMO

Este artigo tem como tema a atuação de Cosme de Farias na Liga Baiana contra o analfabetismo em Salvador. Assim, tem-se como objetivo destacar a importância de Cosme de Farias no processo de alfabetização de pobres baianos durante a República velha. A metodologia adotada é baseada numa revisão bibliográfica de literatura, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, fundamentada em um levantamento teórico de autores que abordam a temática em estudo. Desse modo, entende-se que é inegável a importância de Cosme de Farias como um dos principais fomentadores das melhorias e possível erradicação do analfabetismo em Salvador, no início do século XX. É importante pontuar também que os dados em relação ao controle do analfabetismo por meio do método da carta do ABC aplicado na República Velha em Salvador apresentam alteração nos índices de analfabetismo de grande parte dos menores de 7 a 11 anos na idade escolar.

Palavras-chave: Analfabetismo. Cartilha ABC. República. Educação. Cosme de Farias.

ABSTRACT

This article has as its theme the role of Cosme de Farias in the League of Bahia against illiteracy in Salvador. Thus, the objective is to highlight the importance of Cosme de Farias in the literacy process of poor Bahians during the old Republic. The methodology adopted is based on a literature review of the literature, with a qualitative approach and descriptive character, based on a theoretical survey of authors who address the topic under study. Thus, it is understood that it is undeniable the importance of Cosme de Farias as one of the main promoters of the improvements and possible eradication of illiteracy in Salvador, in the beginning of the 20th century. It is also important to note that the data in relation to the control of illiteracy through the ABC letter method applied in the Old Republic in Salvador show alterations in the illiteracy rates of most of the children under 7 to 11 years old at school age.

Keywords: Illiteracy. ABC booklet. Republic. Education. Cosme de Farias.

¹ Orientando do Curso de Pós-Graduação em História da Bahia Aspectos de sua Riqueza Cultural Social e Cidadania.

² Professora Orientadora do Curso de Pós-Graduação em História da Bahia Aspectos de sua Riqueza Cultural Social e Cidadania.

1 INTRODUÇÃO

A educação sempre foi tema de diversas discussões que permeiam a política brasileira desde o tempo da República velha, com ideais de que a educação é propulsora de progresso e de uma sociedade mais justa, porém sabe-se que apesar de esse entendimento, existem entraves que comprometem a consolidação desse ideal.

Nesse sentido, é importante destacar que na Bahia, como em outros estados brasileiros, sobretudo, da região Norte e Nordeste, o analfabetismo era característico das classes subalternizadas, o que incluía principalmente os negros. Assim, havia uma visível discrepância entre o preconizava a valorização da escolarização e do conhecimento, haja vista o acesso à educação era algo fora da realidade desses indivíduos.

É justamente nesse cenário paradoxal que Cosme de Farias fundou a Liga Baiana contra o Analfabetismo a qual se tornou responsável pela publicação de milhares de Cartas do ABC, sendo considerada a precursora na manutenção de muitas escolas públicas de ensino fundamental para crianças, jovens e adultos pobres que viviam na cidade de Salvador.

Cosme de Farias era um patriota que acreditava no potencial transformador da educação. Durante sua vida política ele foi de encontro aos ideais de poder, já que para ele, os cargos públicos eram postos que lhe permitiam promover ações assistencialistas e fazer com que trabalhadores pudesse ser ouvidos, sobretudo os que pertenciam às famílias de baixa renda.

Desse modo, o interesse pela temática em estudo surgiu em virtude de reconhecer historicamente a importância de Cosme de Farias para o processo de alfabetização de crianças, jovens e adultos ignorados pelo poder público, uma vez que para essa oligarquia o conhecimento era reservado à elite e só esta poderia desfrutar do que a educação oportuniza, o que coaduna com os interesses de um sistema que, embora tivesse em seus discursos os ideais de fraternidade e igualdade, nada fazia para que estes fossem vivenciados igualmente por todos, independente da classe social a quem se pertencesse.

Assim, este estudo tem como objetivo geral destacar a importância de Cosme de Farias no processo de alfabetização de pobres baianos durante a República velha. Os objetivos específicos visam apontar o problema do analfabetismo na cidade de Salvador, no estado da Bahia; destacar os problemas vivenciados por Cosme de farias na busca pela valorização da educação em Salvador na época da República velha.

A metodologia adotada é baseada numa revisão bibliográfica de literatura, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, fundamentada em um levantamento teórico de

autores que abordam a temática em estudo. O estudo está dividido em seções que se reiteram ao longo da análise, seguindo-se das considerações finais e das referências bibliográficas que nortearam a pesquisa.

2 EDUCAÇÃO NO BRASIL REPUBLICANO

Um dos principais mitos criados pela modernidade foi o mito do desenvolvimento social por meio da educação, em especial, no último quartel do século XIX e início do século XX, quando a educação assumiu um papel prioritário como a principal base para a organização das nações em meio a um processo de modernização que tentou instituir o novo, ou pelo menos, demarcar o obsoleto e a conseqüente necessidade de modificá-lo.

Na sociedade, em especial a do século XX, a educação assumiu um papel prioritário como a principal base para a organização das nações, influenciada por um ideário progressista, segundo o qual, a educação se tornou a chave para a compreensão da modernidade. Assim, ao longo da República Velha, a educação deveria criar um cidadão apto para servir e propenso para se adaptar às novas demandas sociais.

A ideia predominante de educação na República brasileira veio da Europa, com o projeto civilizador incorporado pelo Império. A importância conferida à instrução pública tem sua gênese na Terceira República francesa. De acordo com Vera Cabana Andrade (1999, p.50), tanto na França como no Brasil, a finalidade da escola era: “[...] pautada pela “pedagogia do cidadão” que buscava desenvolver a moral e as virtudes cívicas, prioridades educacionais de um novo país livre e voltado para a modernização”.

No imaginário republicano, a escola foi o signo de instauração da nova ordem, arma para efetuar o progresso. Nesta época, a infância passou a ser vista como um período singular no qual as dificuldades das crianças e os aspectos de sua natureza, como curiosidade, imaginação e inquietude, eram levados em conta no processo de apreensão do conhecimento, que deveria, então, ocorrer pela observação, pela experiência e pelos sentidos. Acreditava-se que a socialização da criança através da escola seria a garantia de um adulto cômico de seu papel cidadão, mantenedor da ordem republicana.

Assim, para os republicanos, a educação possibilitaria a construção de uma nação civilizada na qual o povo, depois de afastado das conseqüências produzidas pelo analfabetismo, dos costumes considerados bárbaros e inferiores; seria inserido num projeto republicano que tinha no ideal de progresso um princípio que se tornou o motivo fundamental das transformações sociais. Dessa forma, acreditava-se que a socialização da criança por meio

da escola seria a garantia de um adulto consciente de seu papel de cidadão, mantenedor da ordem republicana.

A contrapartida dessa realidade era o analfabetismo o qual se tornou o principal problema da sociedade ao longo da Primeira República, de acordo com o de 1920. É muito provável que a justificativa para esse analfabetismo estivesse alicerçada na concepção educacional republicana fundamentada basicamente na disciplina que promoveria na criança o respeito às regras sociais, à obediência e à autoridade, entretanto a sua principal intervenção seria a promoção de mudanças por meio da educação.

Nesse momento, a obediência às regras e à autoridades passava a ser substituída pela obediência aos princípios morais. A inscrição dos princípios de ordem nas consciências infantis era a principal garantia de que haveria a existência de uma vida adulta em consonância com os ideais republicanos.

2.1 A EDUCAÇÃO NA CIDADE DE SALVADOR NA ÉPOCA REPUBLICANA

O conceito de progresso, eminentemente ocidental ao longo do século XIX, se difundiu na América Latina, particularmente no Brasil e na Bahia. É nessa sociedade, influenciada por um ideário progressista, que a educação se tornou a chave para a compreensão da modernização.

Na sociedade baiana e em Salvador se adaptaram, inicialmente, as especificidades de uma sociedade escravista e predominantemente rural, na qual o poder se concentrava nas mãos de grupos oligárquicos que mantinham a maioria da população analfabeta e distante da vida política da Bahia e, posteriormente, adaptou-se a uma sociedade republicana livre, ainda elitista e excludente, que mantinha resquícios políticos, econômicos e sociais advindos do Império.

Assim, os professores do ensino secundário, comumente, eram portadores de títulos acadêmicos: doutores em Medicina, bacharéis em Direito e engenheiros. Em uma ordem cronológica, tem-se que em 1910, no magistério, a predominância feminina foi crescente, sendo duas vezes superior à masculina e, em 1915, havia a predominância de 6% a mais de mulheres no corpo docente municipal de Salvador e, em 1920, as mulheres ocuparam 81,73% do quadro geral do magistério. Quanto aos professores, a iniciativa privada recrutava mão de obra para as instituições de ensino particular e casas assistenciais.

Não eram muitas oportunidades, em 1910, havia 40 estabelecimentos de ensino e, em 1920, eram 83 estabelecimentos de ensino primário. A estrutura oligárquica, representada

pelo coronelismo na Bahia, perpassou de forma marcante toda a Primeira República. Salvador, na Primeira República, teve sua história marcada pelo acúmulo de problemas sociais e sua repercussão nas classes populares e as relações do poder impediam, muitas vezes, qualquer ação política centralizadora por parte do governo do Estado, que tentava estruturar o seu poder político em meio a constantes negociações e relações conflituosas entre os blocos oligárquicos. Durante todo este período, o Estado foi incapaz de manter e supervisionar os interesses da maioria da sociedade.

A partir de 1912, José Joaquim Seabra, então Governador da Bahia, tentou dar início a um processo de centralização do poder e integração das regiões do Estado, chegando ao ponto de exercer absoluto controle sobre o legislativo, contudo a Grande Guerra (1914 -1918) contribuiu, a despeito das tentativas centralistas de Seabra, para o aprofundamento da crise em que vivia a sociedade baiana (SAMPAIO, 1985).

Ao longo deste conflito, os baianos viveram uma profunda crise socioeconômica e política, tentando recompor-se dos ressentimentos causados pelo bombardeio que ocorreu em 10 de janeiro de 1912, atingindo a sede do governo, a biblioteca, a Câmara e até o quartel da polícia militar. Houve conflito armado entre a polícia baiana e o exército brasileiro, ordenado pelo presidente da República o Marechal Hermes da Fonseca, para empossar Joaquim José Seabra, que seria eleito em 28 de março para o seu primeiro governo (1912 - 1916).

Uma das principais consequências geradas e intensificadas com a guerra foi o aumento das discussões em torno da nacionalização do país e da educação popular. O povo analfabeto continuava a ser o principal responsável pelo atraso do país, por isso a necessidade de educá-lo e instruí-lo para se tornar útil à pátria, tornar-se um cidadão consciente de seus deveres, um trabalhador assíduo, um funcionário competente, um contribuinte sincero, um respeitador da lei, um homem de crenças e ideais progressistas. (GUEPÊ Diário de Notícias, Salvador 21 de março de 1912).

Nessa a premissa, perpetuava a ideia de que a realização do progresso estava atrelada ao combate ao analfabetismo, já que: " "A falta de instrução do povo (era) sempre causa do nosso atraso, das nossas fraquezas e de nossos erros" (Editorial. Diário de Notícias, Salvador, 21 de fevereiro de 1912).

Mesmo quando a crítica era feita ao governo, esta se restringia a exigir uma maior dedicação, vontade política, por parte dos governantes, para a erradicação do analfabetismo. Assim, defendia-se que o povo precisava tornar-se um cidadão consciente de que tinha deveres que perpassam por respeitar às leis, contribuir de forma honrosa para a nação, crer nas ideias progressistas e ser útil para sua pátria. Mas acima de tudo, um homem controlado, pois

povo como afirmava Vicente Ferreira Café, em matéria publicada no A Tarde, de 16 de dezembro de 1912, sem: “instrução não é povo; é um acervo de seres sem classificação moral, vivendo a vida dos protozoários, limite entre o ser homem e o ser fera”.

Neste contexto, surgem referências às intervenções de Cosme de Farias em prol da educação. Assim, vale destacar que à época houve uma matéria no editorial do Diário da Bahia que não poupou elogios à atitude de Cosme de Farias à frente do Comitê Popular Contra a Carestia da Vida, a qual declarava que:

... não se deve esquecer o destaque do procedimento do major Cosme de Farias que foi o mais honroso e enérgico, dentro sempre da ordem, espelhando assim tão dignamente os sentimentos pacíficos do povo baiano... É digna, pois, dos maiores encômios... a ação do major Cosme de Farias..., sem medir sacrifícios na direção do movimento popular, durante todo o qual a menor alteração da ordem não tem havido até hoje... (DIÁRIO DA BAHIA, 1913, s/p).

Desse modo, torna-se impossível analisar o contexto educacional baiano sem associá-lo à economia. Neste tocante, é salutar o entendimento sobre o fato de Salvador, no período republicano, ainda ser uma terra de oligarquias, ao ponto da consolidação de determinado grupo político ser feita em torno das alianças com os chefes políticos do interior.

A característica dominante da economia baiana na Primeira República permanecia, em continuidade aos períodos anteriores de sua história, sem que se tornassem viáveis as perspectivas de industrialização que a euforia dos anos de Encilhamento pareciam anunciar. A feição agroexportadora que ainda marcaria a Bahia por tantos anos expressava-se justamente na estreita dependência do conjunto econômico em relação aos rendimentos oriundos das vendas externas de produtos tropicais - principalmente cacau, café, fumo, açúcar, borracha - na absorção de recursos de capital, na repulsa para planos subalternos de outros setores produtivos e na própria política que privilegiava a grande lavoura.

Dessa forma, o município de Salvador enfrentou grandes dificuldades, assumiu o encargo de ensino primário e desde então, as crises deste setor do ensino se intensificaram na Velha República. Por assumir o referido encargo da educação, tornou-se comum encontrar em Salvador críticas aos atrasos das remunerações dos professores, para que o Estado assumisse o pagamento dos professores primários, em caso de falta de recursos dos cofres municipais, determinação que geralmente não era cumprida pelo governo estadual (SILVA, 1997).

Ainda em 1915, muitos professores não haviam recebido pelo exercício de 1913. A classe reclamava junto a Seabra, sem obter qualquer êxito, de modo que: “Cada dia que

passava, argumenta(va) a aflição do funcionalismo público, sitiado pela fome "" (A Tarde, 5 de janeiro de 1915, p.1). "

O descaso com a educação parecia ser a tônica que alimentava as ações da política baiana. Portanto, paradoxalmente ao discurso republicano que valorizava a educação, antepunha-se uma desoladora realidade que se refletia na desvalorização dos professores, como também nos espaços e locais reservados para as escolas. A ausência de prédios, mobília e materiais escolares adequados foi alguns dos graves problemas enfrentados pelas escolas baianas.

Segundo Maria Conceição, foi só com o governo de Araújo Pinho (1908-1912) que se iniciou o período de construções projetadas e destinadas ao uso escolar, assumindo a iniciativa de planejar edifícios com destinações pedagógicas (SILVA, 1997). Contudo, ao longo da Primeira República, esses prédios se caracterizaram pela falta de asseio, apesar de ao longo do primeiro governo de J. J. Seabra (1912-1916), houve o empenho em promover um processo de urbanização associado à prática de higienização da cidade.

Retomando a discussão sobre os professores, é importante pontuar que, ainda em 1915, muitos deles não haviam recebido pelo exercício de 1913. O coronel Manoel Dionísio, procurador incumbido de receber os vencimentos de vários professores do interior, reclamava junto a Seabra, sem obter qualquer êxito. A situação social se agravou ainda mais em 1918, quando teve início a greve dos professores baianos pagos pelos municípios, conforme disposição da carta de 1911.

Há dois anos, quase três, sem receber um tostão dos seus vencimentos, só a dívida da intendência do município de Salvador para com os professores chegava a 945 contos, fecharam as portas de suas escolas, decisão seguida em algumas cidades do interior, Liceu de Artes e Ofícios, Ginásio da Bahia, Escola Normal, o governo de Antônio Moniz transferiu o pagamento dos professores das escolas primárias para o Estado (Lei n.º 1293 de novembro de 1918).

3 DADOS SOBRE A EDUCAÇÃO NA BAHIA E A PARTICIPAÇÃO DE COSME DE FARIAS.

Diante do exposto, tomamos consciência de que a sociedade republicana soteropolitana era desigual e excludente. A educação desafiava o Brasil e a Bahia desde o início da República, ou seja, desde a última década do século XIX. Não que os problemas educacionais tenham surgido no início da República, mas foi ali que os primeiros esforços de

sistematização começaram a ser feitos e os resultados deixaram o país manchado pela nódoa do analfabetismo.

Segundo dados do Recenseamento de 1906, primeiras estatísticas do século XX, o Brasil apresentou uma média nacional de analfabetismo na ordem dos 74,6% e a Bahia em 90%. A exceção vinha da cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Um país analfabeto de ponta a ponta, é o que nos mostra o quadro abaixo:

Quadro 1 - Analfabetismo em diversos Estados do Brasil: Recenseamento de 1906

DE 1.000 HABITANTES		
ESTADO E DISTRITO FEDERAL	SABIAM LER	ANALFABETOS
ALAGOAS	200	800
AMAZONAS	321	679
BAHIA	228	772
CEARÁ	218	782
DISTRITO FEDERAL **	519	481
ESPÍRITO SANTO	269	731
GOIÁS	218	782
MARANHÃO	254	746
MATO GROSSO	270	730
MINAS GERAIS	256	744
PARÁ	300	700
PARAÍBA	168	832
PARANÁ	239	761
PERNAMBUCO	193	807
PIAUI	173	827
RIO DE JANEIRO	231	769
RIO GRANDE DO NORTE	204	796
RIO GRANDE DO SUL	326	674
SANTA CATARINA	257	743
SÃO PAULO	247	753
SERGIPE	247	753
TOTAL	254	746

Fonte: BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. Estatística da Instrução. Primeira parte: Estatística Escolar, v.1, 4 seção, 1916 (Introdução de Oziel Bordeaux Rego).

O quadro acima nos permite uma observação interessante., visto que é possível perceber que os altos índices de analfabetismo são distribuídos de forma razoavelmente homogênea. Com exceção do Distrito Federal (48,1%), hoje a cidade do Rio de Janeiro, à época, sede do Governo federal, os outros estados mantêm um índice próximo dos 74,6% da média nacional.

A educação básica não era, de fato, um problema ou uma questão que sensibilizasse a

elite brasileira. Por isso, é que podemos afirmar que o estranhamento e a perplexidade em relação aos quase 90% de analfabetos são uma reação pública posterior ao final do século XIX. Em uma sociedade basicamente rural - com mais de 80% da população - comandada pelos grupos oligárquicos, com precários sistemas de comunicação, a demanda social de educação era também muito baixa.

Conforme aponta Romanelli (1998), as elites não pretendiam levar o conhecimento para a sociedade. A República devia aos cidadãos seus direitos básicos, entre os quais estava o direito à educação. Assim, o quadro 1 nos mostra que, a despeito de diferenças regionais e, das distâncias entre os estados, eram irrisórias as discrepâncias, insignificantes as diferenças, se o que estava em questão eram as taxas de analfabetismo. Tal situação se altera de forma definitiva nas décadas seguintes e, embora tenhamos caminhado tanto, as diferenças regionais se mantêm ainda hoje, com força desconcertante, como este relatório nos deixa perceber. Rotulando a população analfabeta como incapaz.

A Constituição Republicana de 1891 suprimiu o critério eleitoral de renda, porém conservou a restrição de voto ao analfabeto. Ao contrário do que deveria ter ocorrido, o poder público não se interessou pelo alargamento do sistema escolar (XAVIER; RIBEIRO; NORONHA, 1994). Nesse contexto, Freire (1989, p. 163) destaca que havia “aproximadamente, 85% de analfabetos, excluí-los do processo eleitoral (...) era também diminuir intencionalmente o número de eleitores (e sua qualidade também) e, assim, perpetuar a sociedade de direitos e privilégios de muito poucos”. Ou seja, deixar de lado nas eleições a massa analfabeta significou abafar reivindicações por direitos do povo economicamente excluído, das camadas populares, possibilitando eleger tão somente representantes dos interesses dominantes.

No contexto político que se instalou com a República, as divisões das atribuições educacionais permaneceram como no período imperial. Consequentemente, também se manteve a precariedade do ensino, tanto na dimensão quantitativa, quanto na qualitativa. Neste período, a região Sudeste, palco da produção cafeeira e da industrialização incipiente que ela possibilitou, já apresentava melhores condições econômicas de extensão da instrução pública, bem como demandava uma expansão do conhecimento e maior qualificação da mão de obra. Contrariamente, no Norte e Nordeste, a instrução pública não se fazia necessária às elites, já que a população dessas duas regiões era basicamente formada por camponeses submissos aos donos das terras e ao poder local, os coronéis (XAVIER; RIBEIRO; NORONHA, 1994).

A partir da década de 1910, ocorreram transformações econômico-sociais, com a decadência do café brasileiro no mercado internacional. Reivindicando a democratização do regime político e do sistema escolar, a classe média, influenciada pelas doutrinas liberais, estava insatisfeita por não se sentir beneficiada pela “ordem e progresso”. Também começaram a surgir movimentos de cunho anarquista e socialista que contestavam o capitalismo,. Esses setores defendiam o ensino popular com caráter de “escola única, universal e gratuita”. Porém esses movimentos foram neutralizados na década seguinte, quando as camadas populares cederam aos encantos das ideias liberais e ao brilho ilusório da ascensão social através da industrialização (XAVIER; RIBEIRO; NORONHA, 1994).

Xavier; Ribeiro e Noronha (1994), ao falarem da influência dos líderes socialistas na educação na década de 1910, ressaltam que estes verificaram que o analfabetismo era um obstáculo para a propagação de seus ideais de justiça, igualdade e distribuição de riquezas, já que os analfabetos poderiam não entender as divulgações realizadas. Defendiam o ensino obrigatório, gratuito e técnico-profissional, além da manutenção das escolas públicas, laicidade na educação escolar e combate ao ensino religioso. Conseguiram a criação de Escolas Operárias e de Bibliotecas Populares e, para efetivarem o desejo de mudanças, defendiam que os recursos para essas iniciativas deveriam ser levantados entre os próprios trabalhadores, ao mesmo tempo em que disputavam com a Igreja Católica os recursos públicos destinados à educação e ao assistencialismo.

Houve também neste período a influência dos anarquistas, que assim como os socialistas, entendiam o analfabetismo como obstáculo para transformar a sociedade, mudança que consistia em formar homens livres e solidários, e para isso, eram necessárias iniciativas culturais e educacionais. Diferentemente dos socialistas, não lutavam pelo ensino obrigatório e consideravam a Igreja e o Estado como mantenedores do capitalismo e para combater esse ensino, empenharam-se na criação de escolas que não tivessem ligações com a Igreja e com o Estado, mas que fossem mantidas com recursos dos interessados (XAVIER; RIBEIRO; NORONHA, 1994, p. 106).

A educação é um direito e a possibilidade de inclusão e ascensão social da população, sendo essa luta deflagrada por toda vida pelo Major Cosme de Farias, com a luta na campanha do ABC pela universalização do acesso das crianças à carta do ABC e às escolas em Salvador. Esse primeiro passo abriria a porta para os subseqüentes, ou seja, o acesso ao conhecimento das operações mentais desenvolvidas com as habilidades da escrita, da leitura e dos cálculos elementares.

Nesta mesma sociedade, estimava-se que 90% da população eram analfabetos e que

pouco se tinha feito pela educação. Porém existiram nela personagens comprometidos com o propósito da equidade na educação. Cosme de Farias foi um deles. Em sua trajetória, a sua mobilidade conseguida se deu também por conta das redes de solidariedade das classes populares, nas quais, foi possível até seu acesso à educação (fator diferencial em sua trajetória) e as primeiras oportunidades de emprego. Nascido em 2 de abril de 1875, em São Thomé de Paripe, hoje, subúrbio soteropolitano, Cosme de Farias, filho de uma barraqueira e um marceneiro, estudou até o quarto ano primário.

Filho do comerciante de madeira Paulino Manuel e de Júlia Cândida de Farias, nascido em São Tomé de Paripe, em 02 de abril de 1875, Cosme de Farias fez somente o curso primário, porém, ainda assim, se destacou em diversas áreas do conhecimento. Aprendeu as primeiras letras na freguesia da Conceição da Praia, na Escola Benvindo Barbosa, a partir dos seis anos (SANTOS, 2005, p. 18).

Denominado Major por meio da concessão de um título feito pela antiga Guarda Nacional, em 1909, Cosme de Farias, oriundo das camadas populares, conseguiu essa inserção na sociedade baiana. Com certo grau de mobilidade social, circulou entre as camadas subalternizadas e a elite econômica, política e intelectual da época, se tornando uma espécie de mediador entre esses dois universos. Apesar de, conforme indicam os registros, ter cursado apenas o curso primário, aos 17 anos, começou a sua campanha no ABC, com o objetivo de levar todos os níveis de governo a investirem na educação. O Trabalho na campanha do ABC começou décadas antes da obrigatoriedade do ensino primário para crianças com idade acima dos sete anos.

Inserir-se nos meios de comunicação foi, ao que parecia, uma das estratégias de Cosme de Farias para levar adiante seu projeto de sensibilização e ação por parte dos governantes em relação à educação. Neste tocante, com 19 anos, tornou-se repórter do jornal de notícias e, posteriormente, atuou em quase todos os jornais da capital baiana.

Assim, a origem humilde de Cosme de Farias necessariamente não pode ser confundida com miséria absoluta, podendo a sua família ser considerada economicamente “remediada”, posto a profissão de marceneiro do pai; mas condições outras como o fato de ter nascido mulato, numa cidade ainda organizada a partir de valores e práticas paternalistas oriundas da escravidão, com certeza, apesar do prestígio social e político, não conferiu a ele mobilidade econômica ou aceitação pela alta sociedade soteropolitana.

O poder de comunicação e negociação de Cosme de Farias evidenciado ao reproduzir mecanismos de ajuda mútua, como acolher alguns dos menores em sua própria casa, quando não acontecia de apadrinhá-los ou patrociná-los, possibilitou sua permanência nos primeiros

anos da República em Salvador como mediador entre as classes locais. Esse fator deu-lhe prestígio, mas não necessariamente mobilidade econômica, na vida pública como político, rábula, jornalista, militante social, fomentador da educação por toda vida.

A coesão política a ponto de se poder falar em hegemonia de poder político ocorreu primeiro em 1910, com a fundação por J. J. Seabra e Antonio Moniz, dentre outros, do Partido Republicano Democrata - PRD, que exerceu liderança política na Bahia de 1912 a 1924, garantindo o poder do Seabrismo. Cosme de Farias se manteve fiel aos ideais do grupo liderado por J. J. Seabra, eleito governador da Bahia (1912-1916). Enquanto deputado estadual, J. J. Seabra, em 1915, 1917, 1919, 1921, defendeu bandeiras, como a alfabetização, a melhoria das condições de trabalho e a preocupação com o social.

Além de apoiador de Seabra, o Major Cosme de Farias ficou conhecido pela sua campanha contra o analfabetismo, por entender que uma das poucas maneiras de superar o cotidiano de pobreza e abandono daqueles sujeitos, que também eram parte integrante da sociedade, seria através da instrução.

Pela intensidade da dedicação de Cosme de Farias, percebe-se que a liga baiana contra o analfabetismo foi a organização social mais representativa e a educação a bandeira mais relevante da sua trajetória. A referida Liga baiana contra o analfabetismo, fundada em 12 de outubro de 1915, na sede do Grêmio literário da Bahia, na Rua Chile, tinha como objetivo o combate ao analfabetismo, dialogando com os pressupostos da Liga Brasileira contra o Analfabetismo, fundada em setembro do mesmo ano no Rio de Janeiro.

O curto intervalo de tempo de fundação da Liga no Rio e na Bahia evidencia o quanto Cosme de Farias e seus companheiros políticos, professores e poetas, como Álvaro Teixeira, Adolfo Sánchez e Antônio Fragoço, se mantinham atualizados e atuantes na educação soteropolitana. Por anos, a Liga funcionou precariamente em locais como um escritório emprestado no Edifício Bráulio Xavier, no centro, e o corredor da Igreja de São Domingos de Gusmão, onde o major manteve seu gabinete improvisado.

Através da Liga e do método do ABC, Cosme de Farias visava combater o analfabetismo, por entender que uma das poucas maneiras de superar o cotidiano de pobreza e abandono daqueles sujeitos de que também era parte integrante, era a instrução. Talvez tenha sido esse também um dos diferenciais para que ele tenha rompido com esse círculo vicioso de quase indigência.

Tais fatos ficam patentes na fundação da Liga Bahiana Contra o Analfabetismo, em 1915:

As ações sociais de Cosme de Farias provavelmente começaram com as campanhas “dos loucos” e, depois “do ABC” pela erradicação da ignorância em 1892. Entretanto, a campanha pela alfabetização de crianças, jovens e adultos foi institucionalizada a partir da criação da Liga Baiana Contra o Analfabetismo (LBA), em 12 de outubro de 1915. O trabalho do rábula neste ramo começou décadas antes da obrigatoriedade do ensino primário (hoje). (Ensino Fundamental) para crianças com idade acima dos sete anos, que foi determinada pela União em 1963. Pela sua manutenção por quase seis décadas e pela intensidade da dedicação do Major a ela, inclusive com doação de seus subsídios, percebe-se que a Liga foi a organização social mais representativa e a educação, a bandeira mais relevante da sua trajetória. Com apenas o curso primário concluído, Cosme apostava na educação como uma espécie de redenção e possibilidade de ascensão social do pobre (SANTOS, 2005, p. 65).

Segundo Bacelar (op.cit), o poder público e administrativo da cidade do Salvador ainda estava nas mãos dos principais grupos políticos e famílias tradicionais, oriundas dos velhos barões do açúcar, que mantinham esse controle mediante as relações paternalistas oriundas da velha ordem escravista, sendo verdadeiros entraves à mobilidade social. Às vezes, essas barreiras poderiam ser alcançadas por meio de fatores, como educação, acumulação de pecúlio e cor da pele que poderiam ampliar o leque de possibilidades dos indivíduos oriundos das camadas populares.

Em sua trajetória política, qualidades atribuídas ao Major Cosme de Farias, tais como inteligência, bom humor, integridade, devoção pelas questões humanitárias e o dom para a oratória, associadas à determinação em defender os mais necessitados, possibilitaram sua atuação como rábula, advogado sem formação acadêmica, mas com autorização para exercer o Direito, durante setenta anos.

Pertencente ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) era o mais velho deputado do mundo. Em seu memorável enterro, a tradição marcou sua importância e representação para a sociedade baiana. Seu caixão foi levado da igreja de São Domingos de Gusmão, de mão em mão, até o cemitério de Quintas dos Lázarus, pela multidão que encheu todas as ruas por onde o cortejo passou.

O método do ABC difundido por meio da Carta de ABC era o símbolo da famosa Liga Baiana contra o analfabetismo, em nome da qual costumava ser vivamente aplaudido nos desfiles de Dois de Julho em Salvador. Este método perpassa pela necessidade de haver uma investigação da palavra geradora para que o educando pudesse aprender partindo de uma palavra que mais se aproximasse de sua realidade. Dessa forma, Cosme de Farias acreditava que poderia democratizar a cultura.

Partindo da realidade do educando, enfatiza-se a crença de Cosme de Farias de que o

processo de alfabetização considera a educação como um processo contínuo de tomada de consciência e de modificação de si próprio e do mundo, erradicando a ignorância, promovendo, assim, o diálogo da educação como prática da liberdade. Sendo assim, foi durante a Primeira República, que a campanha do ABC pela erradicação da ignorância ganhou maior relevância e repercussão, utilizando a carta do ABC distribuída gratuitamente aos professores leigos e a todos que tivessem paciência em apresentar o método para crianças, jovens e adultos.

A campanha pela alfabetização de crianças, jovens e adultos foi fomentada com a criação da LBA (Liga Baiana Contra o Analfabetismo) o trabalho do Major em defesa da educação começou antes mesmo de ser obrigatório o ensino primário com crianças acima de sete anos, inclusive dando manutenção e dedicação pessoal com seus próprios subsídios, sendo a Liga a organização social mais representativa para ele e seus apoiadores e a educação a bandeira mais relevante da sua trajetória.

Por toda a atuação do Major na educação e na política, ele foi considerado o anjo da guarda dos necessitados de Salvador. Não era todo estadista que, em uma sociedade complexa como a pós-imperial, com apenas o curso primário concluído, apostava na educação como uma espécie de redenção e possibilidade de ascensão social do pobre. Sobre isso, ele afirmou na Assembleia Legislativa do Estado que ao reassumir o cargo de Deputado Estadual "A Todos, crianças e adultos, tenho procurado colocar nas mãos uma cartilha do ABC como instrumento maior de conquista da liberdade (...). O povo não pode ser escravo de ninguém".

Cosme de Farias era um patriota comprovado pelas fitas verde-amarelas fixadas na lapela, pela carta do ABC, ilustrada por ele, com hinos patrióticos. A campanha do ABC, as ações sociais em favor da população, a fundação da Liga Baiana contra o Analfabetismo em Salvador em 1915, a militância nos movimentos sociais pela melhoria da qualidade de vida da população excluída, tornaram Cosme de Farias o fomentador da alfabetização em Salvador.

O major pertencia a um grupo que era conhecido como "remediado", expressão usada para designar famílias pobres que tinham ao menos o dinheiro para comprar o remédio. Quanto ao apadrinhamento, essa era uma alternativa para driblar as dificuldades desse universo de pobreza no qual muitos desses indivíduos estavam inseridos; sendo, muitas vezes, a única forma de ter acesso a capitais simbólicos, como a educação:

Um dos mecanismos que ajudam essa integração [ascensão ao mundo branco] é a proteção e a ajuda que muitos padrinhos e madrinhas dão a seus afilhados de cor, educando-os em suas próprias casas, ou proporcionando-lhes emprego ou encaminhando-lhes aos estudos secundários e superiores e, muitas vezes, continuando a orientá-los e protegê-los. Essa é mesmo uma

das principais funções de tal sistema de parentesco espiritual (AZEVEDO, 1955, p. 184).

O próprio Cosme de Farias passou a reproduzir esses mecanismos da ajuda e proteção do qual fora beneficiado, sendo incontável a quantidade de afilhados durante o curso da sua vida, sem contar os filhos adotivos:

Apesar da fama, o Major não deixou descendentes. Também não ficaram parentes consanguíneos de primeiro grau, porque seu único irmão morreu ainda pequeno. Ele tinha uma legião de afilhados - no passado, era hábito comum agradecer alguém um favor, dando-lhe um filho para batizar -, criou uma jovem chamada Delza Santiago da Cruz que faleceu antes de ter filhos e deixou um herdeiro a quem se referia, ainda em vida, como filho adotivo - Antônio Fernandes Pinto. Ao longo dos anos, a imprensa lhe atribuía outros filhos adotivos, incluindo um rapaz conhecido como Jayme 12, mas não há provas sobre isso. Acolhido aos 15 anos, 1954, Pinto não foi adotado oficialmente nem morou em definitivo com o casal Farias, mas acompanhou o cotidiano do "pai e o ajudava nas tarefas do dia a dia. Com a ajuda de Cosme, formou-se em professor primário e, depois, em direito na Faculdade Cândido Mendes no Rio de Janeiro (SANTOS, 2005, p. 20).

Desse modo, pode-se observar que Cosme de Farias ao longo de sua vida contribuiu para que muitas pessoas tivessem a oportunidade de dispor de melhores condições de estudos, uma vez que essa atribuição de filhos adotivos e afilhados exemplifica o valor de suas ações frente àqueles que o reconheciam como aquele que merecia ser valorizado como alguém próximo e querido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável a importância de Cosme de Farias como um dos principais fomentadores das melhorias e possível erradicação do analfabetismo em Salvador, no início do século XX. É importante pontuar também que os dados em relação ao controle do analfabetismo por meio do método da carta do ABC aplicado na República Velha em Salvador apresentam alteração nos índices de analfabetismo de grande parte dos menores de 7 a 11 anos na idade escolar.

De acordo com dados oficiais, em 1910, tínhamos, em Salvador, 90% de analfabetos e apenas 10% das crianças em idade escolar frequentavam escolas públicas. Já em 1920, pelo recenseamento, esse índice recuou, apontando que 75% da população de Salvador ainda eram analfabetos. Portanto, em uma década de aplicação do método ABC desenvolvido por Cosme de Farias, houve uma redução de 15% na taxa de analfabetismo.

Frente a este resultado, constatou-se a necessidade de ampliação da campanha do

ABC para atender ao grande desafio que era conseguir que o discurso escolar de que a escola era necessária e que não devia ser vista como uma instituição estranha aos interesses sociais fosse legitimado diante da população.

A partir dos pressupostos de Cosme de Farias, naquele período, em Salvador, a educação colocou-se como via para operar a construção do homem moderno (indivíduo, cidadão, ao mesmo tempo, autônomo e socializado). Desse modo, com a aplicação do método do ABC, a educação se tornou um meio para criar possibilidades de inserir no mundo das letras crianças, jovens e adultos.

Nessa sociedade influenciada pela oferta de mão de obra infantil, tratava-se de um mercado de trabalho importante para crianças de 11 a 14 anos, que interessava tanto ao orçamento doméstico quanto aos comerciantes, que contavam com mão de obra bem barata, praticamente não remunerada. O método do ABC era incentivado para ser aplicado por professores leigos e por toda pessoa que tivesse paciência, utilizando a soletração para formar as palavras até a formação de sílabas e a escrita, deixando clara a intenção de Cosme de Farias em alcançar a maioria dos analfabetos de Salvador.

Portanto, o trabalho empenhado por Cosme de Farias e os educadores leigos ou com formação foi refletido também na manutenção das escolas pela Liga Bahiana Contra o Analfabetismo em cerca de 200 escolas públicas de ensino primário. Neste tocante, a implementação de medidas que proporcionaram a alfabetização de mais de 10 mil pessoas, a edição de cerca de 2 milhões de cartilhas do ABC e as atividades mantidas com recursos do próprio Cosme de Farias delegaram e delegam a ele até o momento atual a alcunha de leal defensor da educação soteropolitana.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Brás Hermenegildo do. **História da Bahia do Império à República**. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1923.
- ARAGÃO, Antônio Moniz de. **A Bahia e seus governadores na República**. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1923.
- AZEVEDO, Thales de. **Elites de Cor: um estudo da ascensão social**. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1955.
- CELESTINO, Mônica. **Réus, Analfabetos, Trabalhadores e um Major Cosme de Farias, o anjo da guarda dos excluídos de Salvador**. Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2005.
- FARIAS, Cosme de. **Lama e sangue**. Bahia, (s.e.), 1926.
- FREIRE, A. M. A. **Analfabetismo no Brasil: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas (Paraguaçu), Filipinas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias e Grácias até os Severinos**. São Paulo; Cortez: Brasília, DF: INEP, 1989. (Biblioteca da educação. Série 1. Escola. Volume 4).
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1998.
- SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2012. p. 67 à 101.
- SAVIANI. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2 ed. rev. e amp. Campinas: Autores Associados, 2008.
- SANTOS, Mário Augusto da Silva, **A República do povo: sobrevivência e tensão - Salvador, (1890-1930)/ Mário Augusto da Silva Santos - Salvador: EDUFBA, 2001**.
- SILVA, José Augusto Luz e José Carlos. **História da Educação na Bahia**. Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro (Org). Salvador: Arcádia, 2008.
- SILVA, Maria Conceição B. da Costa e. **O ensino primário na Bahia: 1889-1930**. (tese de doutorado). Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 1997.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. Edufba: Salvador:, 2001.
- XAVIER, M. E.; RIBEIRO, M. L.; NORONHA; O. M. **História da educação: a escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994.

ANEXOS

C A R T A

DE

A B C

"A Cartilha do ABC é Chave da Sabedoria"

Liga Bahiana Contra o Analfabetismo

PARA AS CRIANÇAS
PROLETÁRIAS

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

FAC SÍMILE

1970

SALVADOR — BAHIA

Cosme de Farias

Professor amigo:

Tenha paciência com a criança que apresentar esta CARTA, e ajude a mesma a aprender depressa.

Será um relevante serviço prestado à nossa Pátria. Muito grato e JESUS que proteja e abençoe a todos que protegem A Campanha do A B C.

COSME DE FARIAS

ALFABETO REDONDO

MAIUSCULAS

A

B

C

D

E

F

G

H

I

J

K

L



Vogais minúsculas

a e i o u y

Consoantes minúsculas

b c d f g h j
k l m n p q r
s t v w x z

ALFABETO MANUSCRITO
MAIUSCULAS

A B C D E
F G H I J
K L M N
O P Q R
S T U V
W X Y Z

PROFESSORES PRIMARIOS BRILHANTES

Manoel de Alcantara Brito
 Anônio Bahia da Silva Araujo
 Apolônio José do Espírito-Santo
 Alberto de Assis, o fundador do Instituto de
 Cegos da Bahia
 Torquato Bahia da Silva Araujo
 Benvidio Alves Barbosa
 Lúcio Cassiano dos Santos
 Vicente Ferreira Café
 Livino de Amorim — Cincinnati França
 Salete Pereira Ribas — Alfredo Rocha
 Deocléciano Barbosa de Castro
 Hugo Baltazar da Silveira
 Arão Carneiro — Rafael Forle
 Valdir Glivcira — Francilino de Andrade
 Ascendino dos Anjos
 Graziê Baltazar da Silveira
 Thadeu Santos
 Edgar Francisco Aires dos Santos
 João Luiz Barreiros — Zenóbio dos Reis
 Raimundo Cardoso Gomes
 Manoel Lucio da Silva
 Oswaldo Ferreira Freire
 Jacinto Carauana
 Romualdo José da Silva
 Francisco de Paula Abreu
 Manoel Lopes Pontes
 Teodoro Araponga
 Agnelo Lopes de Carvalho
 Jaimé Baltazar da Silveira

VERSOS A INFANCIA

Crianças: — amai a Pátria,
 A vossa Pátria gentil!
 Trabalhai, gnado crescerdes,
 Pelas Glórias do Brasil!

A terra do vosso berço.
 Tem reverberos e flores,
 Incalculáveis riquezas,
 Maravilhas e primores!

Correi, portanto, às escolas,
 Para o batismo da Luz...
 Palpita na voz dos mestres
 A doce voz de JESUS!

Firmes, então, na portia,
 P'ra obterdes o saber,
 Provai ser nobres e fortes,
 Cumprindo o vosso dever!

Depois... logo que tiverdes
 Qualquer digna profissão,
 Mostrai sempre ao exercê-la
 Placidez e distinção!

HOMENAGEM

— DA —
Liga Bahiana Contra o Analfabetismo

— AO —
Grande Patriota

Oscar Salvador Cordeiro
Bravo Descobridor

— DO —

PETROLEO DO LOBATO

Salvador, 2 de Abril de 1961
Cosme de Farias

HINO D'A CAMPANHIA DO A B C
Cosme de Farias

Pelo bem de nossa Pátria,
 Florão gentil do Civismo,
 Moços e velhos erguei-vos
 Contra o Analfabetismo!

Estribilho

Destrua muitos prazeres,
 Uma alegria sem par,
 Toda pessoa que sabe
 Ler, escrever e contar!

O gérmen da Ignorância
 Diversos males produz,
 Mate-se, pois, este "bicho"
 Dentro de um jorro de LUZ!

A Ciência é um Tesouro,
 Tesouro de alto valor,
 Quem dedicar-se aos estudos
 Pode ser dele o senhor!

O Brasil será maior,
 Oh! que Nação respeitada!
 Quando toda a sua gente
 For uma gente letrada!

Corações grandes e nobres,
 Vinde, sorrindo, ajudar
 A meritória Campanha
 Da Instrução Popular!

Estribilho

Destrua muitos prazeres,
 Uma alegria sem par,
 Toda pessoa que sabe
 Ler, escrever e contar!

Salvador, 2 de abril de 1950.